Ata da Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA
– 24 de setembro de 2026 –

Local: Auditório da Secretaria da Assistência Social
Data: 24 de setembro 2026
Horário: 08h50

Aos vinte e quatro dias do mês de setembro de dois mil e vinte e seis, às oito horas e cinquenta minutos, no auditório da Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS, realizou-se a reunião ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Londrina – CMDCA, com a presença de 14 conselheiros de direitos com direito a voto. Foram registradas as justificativas de ausência de Paulo Líbano, Ricardo Alves Vilela e Jerusa Cristina Carlos Crespo Rosa. Após acolher os participantes, o presidente, José Wilson de Souza, apresentou a proposta de pauta, aprovada por unanimidade dos presentes, composta pelos seguintes itens: 1. Apreciação e aprovação da proposta de pauta; 2. Aprovação da Ata da Reunião Ordinária do dia 10/09/2026; 3. Apresentação do Resultado do processo de Seleção Conselheiros Tutelar suplente (Edital nº13/2026 homologado ad referendum); 4. Apresentação e deliberação sobre a proposta de Territorialização dos Conselhos Tutelares de Londrina; 5. Relato de Comissões; 6. Apresentação da Prestação de Contas do Orçamento Criança referente 2º Quadrimestre de 2026; 7. Informes. Com aprovação da pauta por todos os presentes, o presidente iniciou os trabalhos. 2. Aprovação da Ata da Reunião Ordinária do dia 10/09/2026. . A ata da reunião ordinária de 10/09/2026 foi submetida à apreciação e aprovada, com duas abstenções. 3. Apresentação do Resultado do processo de Seleção Conselheiros Tutelar suplente (Edital nº13/2026 homologado ad referendum). Foi apresentado o resultado final do Processo Simplificado destinado à seleção de ex-conselheiros tutelares para preenchimento de vaga de suplente de Conselheiro Tutelar do Município de Londrina, publicado após o encerramento do prazo para interposição de recursos. A classificação final ficou assim estabelecida: 1º lugar, Ana Lucia dos Santos Walichek; 2º, Verônica Sabino dos Santos; 3º, Regina Maria Fonseca; 4º, Mariclei Ferro Belchior; 5º, Karen Kauana Silva Ribeiro; e 6º, Sueli Aparecida Lopes. Foi registrado que eventual convocação deverá observar rigorosamente a ordem de classificação e os procedimentos previstos no edital e na legislação municipal aplicável. O resultado consta do Edital nº 013/2026 – CMDCA, de 18 de setembro de 2026. 4. Apresentação e deliberação sobre a proposta de Territorialização dos Conselhos Tutelares de Londrina. A servidora Samia Machado Mustafá apresentou a proposta de territorialização, constante de material anexo. Durante a discussão, foram registrados encaminhamentos relativos à necessidade de ratificar junto ao prefeito a demanda de criação do sexto Conselho Tutelar no município, reavaliar e monitorar a metodologia de territorialização, aprimorar a informatização dos Conselhos Tutelares e tratar da mudança de sede do Conselho Tutelar da região Oeste, considerando a localização que demanda alterações para melhor atendimento à população. O conselheiro tutelar Felipe Giovanne informou a realização de reunião do Colegiado ampliado, na qual se retificou a proposta de divisão territorial, definiram-se os encaminhamentos relativos ao processo de transição e definiu-se 1º de janeiro de 2027 como data prevista para início da vigência nova territorialização. O presidente solicitou o encaminhamento da ata da referida reunião, para posterior elaboração da resolução com a ratificação da divisão territorial, para que constem as deliberações colegiadas também no texto da regulamentação. A plenária aprovou a proposta apresentada por unanimidade, com encaminhamento de elaboração da respectiva resolução. Foi mencionada, ainda, a necessidade de acompanhamento contínuo da implementação, inclusive pela SMAS e pela Comissão de acompanhamento aos conselhos tutelares 5. Relato de Comissões. a) Comissão de Fundo. A

conselheira de direitos Márcia Valim relatou que, na reunião da Comissão realizada em 22 de setembro de 2026, foi apresentada a prestação de contas do Orçamento Criança referente ao segundo quadrimestre de 2026, pelo diretor de Contabilidade da Secretaria Municipal de Fazenda, Danilo Aparecido Landegrafi Barbosa, conforme apresentação constante no processo SEI nº 19.006.140348/2026-54. A prestação de contas foi aprovada pela Comissão, com solicitação de esclarecimentos complementares sobre: a execução orçamentária destinada à aquisição de equipamentos para os Conselhos Tutelares; a aplicação dos recursos do FIA destinados à construção de unidades de educação infantil; as ações de saúde direcionadas ao atendimento de crianças e adolescentes em acolhimento institucional; a baixa execução dos investimentos da política para as mulheres; e os percentuais de execução dos recursos destinados ao FEIPE, da Fundação de Esportes de Londrina, e ao PROMIC, da Secretaria Municipal de Cultura. Na sequência, foi apresentada a solicitação de liberação de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA) para custeio de diárias de dois conselheiros tutelares para participação no 14º CONGRESSUL, objeto do processo SEI nº 19.025.139975/2026-14. A Comissão de Fundos deliberou pelo indeferimento do pedido e encaminhou a matéria à apreciação do Plenário. A justificativa apresentada considerou que a participação de três conselheiros tutelares de sedes distintas, com despesas custeadas pela Secretaria Municipal de Assistência Social, assegura a representatividade do órgão no evento e possibilita a multiplicação dos conhecimentos adquiridos entre os demais conselheiros. Também foram consideradas as capacitações promovidas em 2026 pela Escola de Conselhos do Paraná e pela EVOQUE/CEDCA-PR, que atendem às exigências de formação previstas nas normativas aplicáveis. Registrou-se, ainda, a baixa adesão e participação dos conselheiros na capacitação oferecida pela EVOQUE, conforme relatório encaminhado em 7 de julho de 2026. Submetido o pedido à apreciação do Plenário do CMDCA, foi aprovado o indeferimento da solicitação de recursos do FMDCA para custeio das diárias dos dois conselheiros tutelares. Quanto à disponibilidade financeira do FMDCA, foi apresentado o saldo gerencial de R$ 4.664.628,20 na Fonte 880 – Contribuições e Legados de Entidades Não Governamentais – ECA/FMDCA, em 21 de setembro de 2026. Desse montante, R$ 4.100.000,00 estavam aprovados para utilização, distribuídos entre a Resolução nº 005/2020, referente ao diagnóstico da realidade da infância e adolescência no município, no valor de R$ 500.000,00; a Resolução nº 068/2025, referente ao edital de chamamento de organizações da sociedade civil, no valor de R$ 3.500.000,00; e a Resolução nº 045/2026, destinada às despesas das pré-conferências, no valor de R$ 100.000,00. Por fim, a Comissão deliberou que as novas solicitações de recursos submetidas à sua apreciação deverão apresentar o detalhamento do objeto do projeto e dos respectivos custos, observando as disposições legais relativas ao planejamento e à discriminação das despesas orçamentárias. B) Comissão de Cadastro: 1. *Instituto Brasileiro de Educação e Terapia Assistida por Animais – IBETAA* solicita registro na modalidade de Atendimento e Acompanhamento Terapêutico à Crianças e Adolescentes com utilização de cão mediador, na área de Saúde, com o Projeto Transformando o Trauma: Resiliência e Esperança, através da Conexão com os Animais. Parecer da Comissão é favorável pelo prazo de 12 meses. Aprovado pela plenária. 2. PSTC Centro de Treinamento de Futebol do Paraná: requerimento de registro, iniciado em julho de 2023, permaneceu sem a apresentação da documentação necessária à análise, apesar das solicitações realizadas. Diante da ausência dos documentos indispensáveis à conclusão da análise, a Comissão de Cadastro manifestou-se pelo arquivamento do processo. A Plenária aprovou o arquivamento, que será formalizado por meio de resolução, com

encaminhamento de cópia ao Ministério Público e ao Conselho Tutelar de Londrina, para ciência e providências cabíveis, sem prejuízo da apresentação de novo requerimento pela entidade, mediante o cumprimento das exigências documentais e demais requisitos estabelecidos pelo CMDCA. 3. Hospital Vida. o pedido de renovação de registro permanece em diligência, uma vez que aguarda visita da Comissão de monitoramento ainda não realizada. Foi registrada preocupação quanto ao acesso das adolescentes atendidas à educação durante o período de internação, devendo a comissão observar como tem se organizado o acesso ao direito à educação. 4. ACETHAC – Associação Cultural Espaço Thalita Cumi: Foi relatado que o requerimento de registro da entidade, iniciado em dezembro de 2025, permaneceu sem a apresentação da documentação necessária à análise, apesar das solicitações realizadas. Diante da ausência dos documentos indispensáveis à instrução e conclusão do processo, a Comissão de Cadastro manifestou-se pelo arquivamento do requerimento, sem prejuízo da apresentação de novo pedido pela entidade, mediante o cumprimento das exigências documentais e dos demais requisitos estabelecidos pelo CMDCA. A Plenária aprovou o arquivamento na reunião ordinária de 24 de setembro de 2026, formalizado por meio da Resolução nº 052/2026 – CMDCA, com encaminhamento de cópia ao Ministério Público e ao Conselho Tutelar de Londrina, para ciência e providências cabíveis. 6. Apresentação da Prestação de Contas do Orçamento Criança referente 2º Quadrimestre de 2026. apresentou o Relatório de Gestão dos Direitos da Criança e da Adolescência, elaborado com base na metodologia da Fundação Abrinq. Foi informado que o orçamento aprovado para 2026 era de aproximadamente R$ 1,4 bilhão, valor 4,7% superior ao do exercício anterior. No orçamento atualizado, o total correspondia a R$ 1.482.930.827,94, com execução por empenhos de R$ 851.100.135,85, equivalente a 57,39% até agosto de 2026. A apresentação contemplou a distribuição do orçamento entre órgãos municipais e os projetos/atividades vinculados às políticas para crianças e adolescentes. No debate, a Comissão de Fundo e demais conselheiros registraram a necessidade de solicitar esclarecimentos e informações complementares aos órgãos responsáveis, para subsidiar o acompanhamento da execução orçamentária e territorial das políticas. Foram destacados os seguintes encaminhamentos: à Secretaria Municipal de Cultura: solicitar esclarecimentos sobre o percentual de execução das ações do PROMIC e da Política Nacional Aldir Blanc, relação dos projetos e respectivos valores, alcance do público infantojuvenil e distribuição territorial das ações; à Secretaria Municipal de Assistência Social: solicitar informações sobre a execução da dotação destinada à estruturação do Conselho Tutelar e do CMDCA, que apresentava execução de 0%, bem como sobre o andamento dos trâmites administrativos, técnicos e legais relacionados aos recursos do FIA destinados à construção de unidades de educação infantil; à Autarquia Municipal de Saúde: solicitar informações sobre a destinação e utilização dos 20 capacetes para motociclistas registrados no relatório, os fluxos de atendimento em saúde nos CENSEs e nas unidades de semiliberdade, as ações de Vigilância Sanitária nessas unidades e o fluxo de atendimento da Fundação Tamarozzi no âmbito da REMAD, inclusive quanto à inscrição do programa no CMDCA; à Fundação de Esportes de Londrina: solicitar esclarecimentos sobre a execução orçamentária do Incentivo ao Esporte Comunitário, a previsão de execução do saldo, a localização territorial das parcerias do FEIPE, as modalidades ofertadas e as formas de acesso das crianças e adolescentes às atividades; à COHAB-LD: solicitar informações atualizadas sobre critérios, documentação e fluxo de acesso ao Programa de Aluguel Social, inclusive para encaminhamentos realizados pela rede de atendimento e pelo Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente. A plenária aprovou por unanimidade a prestação de contas do

Orçamento Criança referente ao segundo quadrimestre de 2026. Os pedidos de informações complementares serão encaminhados pela secretaria executiva para subsidiar o acompanhamento pelo Conselho. 7. Informes. Não havendo informes ou outros assuntos a tratar, a reunião foi encerrada. Eu, Denise Caldeirão, na qualidade de 1ª. Secretária, lavrei a presente ata.